

Está sob julgamento perante o Supremo Tribunal Federal o exame de constitucionalidade da Lei nº 13.452/2017 que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim, no Estado do Pará, a fim de viabilizar a construção da EF-170, conhecida como Ferrogrão, estrada de ferro cujo projeto liga o Município de Sinop, Mato Grosso, ao porto paraense de Miritituba, localizado em distrito de mesmo nome, que integra o Município de Itaituba, Pará. Contudo, após ser acionado por um partido político em oposição ao atual Presidente da República, o Ministro Alexandre de Moraes suspendeu os efeitos da referida lei até o julgamento final do mérito, sob o fundamento de que, além de outras questões formais, há probabilidade de que a construção de tal linha férrea venha a degradar o meio ambiente.

Nesse cenário, ficou obstada não só a construção da Ferrogrão, mas também da série de procedimentos e das mais variadas diligências que antecederiam a efetiva implementação do projeto, inclusive a preparação relativa à realização de leilão, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos, e da devida regularização ambiental que o sucederia, dentre outras diversas providências prévias à implementação.

Ficou obstada não só a Ferrogrão, mas também série de procedimentos

Pois bem, é certo que a Constituição Federal resguarda o desenvolvimento sustentável, quer dizer, devem ser fomentados programas de investimentos, porém observando as regras ambientais.

Desse modo, sem adentrar no campo que trata das regras ambientais, até porque caberá aos órgãos de fiscalização proceder a devida autorização para a construção do referido empreendimento, é certo que o projeto é absolutamente necessário.

O Brasil já é um dos maiores produtores de produtos agrícolas do mundo, porém há um enorme potencial de produção que ainda não foi desenvolvido, mormente em virtude dos problemas de infraestrutura e do gargalo da logística.

Hoje, apenas 16,4% do movimento de transporte por trens se dá em virtude da produção da agropecuária. Em realidade, 60% da carga transportada no Brasil se dá pelas rodovias, sempre em más condições de conservação, com pouquíssima manutenção, o que aumenta os custos gerais da produção agropecuária brasileira.

Ademais, é importante sublinhar que a estimativa é de que haja, com empreendimento, a geração de 373 mil empregos, sendo que 30 mil diretos, bem como o aumento da arrecadação tributária nos municípios por onde passará os seus trilhos. Portanto, não comprovado o dano ao meio ambiente, cabe ao poder público fomentar o desenvolvimento social e econômico das regiões menos favorecidas, à exemplo dos Estados de Mato Grosso e do Pará, uma vez que situados de forma longínqua dos grandes centros consumidores e dos portos para o escoamento para o mercado exterior.

Desse modo, a Constituição Federal preconiza com eloquência a redução das desigualdades sociais e econômicas regionais, em pelo menos quatro dispositivos.

Sendo assim, sem prejuízo dos embates políticos, mormente em ano eleitoral, caberá ao STF analisar a questão também sob a ótica do desenvolvimento econômico e social, em especial dos Estados menos favorecidos.

Victor Humberto Maizman é advogado e consultor jurídico tributário.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA Propriedade da AJOTA ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA CNPJ: 29.464.235/0001-16 Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78302-028 Tangará da Serra-MT ISSN 22386467	REDAÇÃO DIREÇÃO DE JORNALISMO Fabíola Tormes CONTATO ds@diariodaserra.com.br Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do DIÁRIO DA SERRA (65) 3326-4724 www.diariodaserra.com.br www.ds.jor.br
TIRAGEM 1 MIL EXEMPLARES CIRCULAÇÃO Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso. CENTRAL DO ASSINANTE (65) 3326.6501	DEPARTAMENTO COMERCIAL PUBLICIDADE ASSINATURA PUBLICIDADE LEGAL Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA SERVIÇOS GRÁFICOS E. Tormes e Cia. LTDA CNPJ: 14.048.123/0001-07 CONTATO: adm@diariodaserra.com.br Fone: (65) 3326-4724

DIA 16 DE MAIO

Sintep prepara Paralisação em Defesa do Piso Nacional



A reunião acontecerá no prédio da Subsede do Sintep

Assunto será debatido nesta quarta-feira, em assembleia

REDAÇÃO DS / Serra FM

Professores e professoras de diversos estados do país estão se mobilizando, realizando greves, paralisações ou atos de rua, pelo pagamento do reajuste de 33,24% do piso nacional do magistério de 2022.

Em Tangará da Serra, a Subsede do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Estado de Mato Grosso (Sintep), prepara os profissionais da educação para a Paralisação Nacional da Rede Estadual e Municipal em Defesa do Piso Nacional,

no dia 16 de maio.

Para debater sobre este assunto, entre outros, a Subsede do Sintep de Tangará da Serra convoca todos os profissionais da educação da rede Municipal, filiados e não filiados, para Assembleia Ordinária nesta quarta-feira, dia 13.

Na reunião, que iniciará com a primeira chamada às 17h, serão debatidos diversos assuntos a fim de reafirmar pontos da pauta da categoria. “Entre os itens estão as eleições do Sintep, que já deveriam ter acontecido, mas que, em detrimento da pandemia, os atuais mandatos foram prorrogados. Agora vai acontecer e estão previstas para o mês de junho”, adianta o diretor substituto, Professor José Rosa de Paula.

Na oportunidade também serão repassados aos profissionais como está o processo de negociação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) no Município, tratado sobre o Estado de Greve e, principalmente, sobre a Paralisação Nacional da Rede Estadual e Municipal em Defesa do Piso Nacional, no dia 16 de maio.

Sobre o piso, o diretor explica que em alguns Estados, entre eles Mato Grosso, o pagamento ainda não se concretizou. “Em Tangará da Serra também não. Então, Estado e Município estão ilegais diante do Piso Nacional”.

A reunião acontecerá no prédio da Subsede do Sintep Tangará, localizada no Jardim Acácia, esquina da rua 7 com a 14.

MATO GROSSO

Abertas 400 vagas para curso de extensão em Economia Verde Inclusiva

O Governo de Mato Grosso está com as inscrições abertas para o curso de extensão Economia Verde Inclusiva – Preparando os Inovadores do Amanhã. O público-alvo são estudantes de graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior do Estado. Ao todo são ofertadas 400 vagas e as inscrições podem ser feitas até quarta-feira, 13, gratuitamente.

A formação é coordenada pelo Núcleo de Assuntos Internacionais da Casa Civil e a PAGE (Parceria para Ações na Economia Verde) e organizada pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) e Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT).

A primeira etapa da capacitação inicia no dia 18 de abril e terá carga horária de 40 horas.

Segundo o coordenador nacional de Projetos da PAGE, Eduardo Chiletto, entre as ações realizadas pela instituição, em parceria com o Governo de Mato Grosso, estão a capacitação, formação e pesquisa na área de educação. O objetivo do curso é qualificar funcionários públicos e profissionais do setor privado para desenvolver e orientar modelos de produção e consumo e de modelos de instituição e governança.